

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – GALHEIGO, Sandra Maria; LUVIZARO, Nathália Azevedo. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo (São Paulo/SP), 22, 191-199, 2011.

2) Resumo e Palavras-Chave – O cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em abrigo pode apresentar características de um desenraizamento étnico e ético. Assim, prover condições de vida em abrigos de forma a oferecer proteção, cuidado e oportunidades de desenvolvimento para seus moradores tem sido um desafio permanente para as políticas de cuidado substituto no Brasil. O artigo apresenta uma reflexão crítica, de caráter histórico e conceitual, na tentativa de se construir um olhar múltiplo e complexo sobre a temática. Partindo-se do princípio de que estes modos de vida são atravessados por processos históricos, sociais e políticos, o artigo apresenta uma contextualização histórica da institucionalização das crianças no Brasil, uma reflexão sobre a implementação da medida de proteção de abrigo pós-ECA e discute sobre os dilemas e desafios para o acolhimento familiar e institucional e para a escuta e a atenção às necessidades das crianças e adolescentes. Por último, apresenta uma reflexão sobre os norteadores conceituais e metodológicos a serem utilizados na produção de saberes e de tecnologias sociais, defendendo o uso dos conceitos de habitar e cotidiano que remetem à processualidade do viver no mundo e provocam a reflexão sobre a autonomia e a participação. Partindo de uma dimensão de alteridade, em que se considera a vivência e o olhar do outro, acreditamos que ações mais efetivas e produtoras de morada e habitar possam vir a acontecer nos abrigos para crianças e adolescente.

Palavras-Chave: abrigo; adolescente institucionalizado; constituição e estatutos; criança institucionalizada; terapia ocupacional; ética.

3) Objetivo do estudo – O artigo apresenta uma reflexão crítica, de caráter histórico e conceitual, na tentativa de se construir um olhar múltiplo e complexo sobre a temática: o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em abrigo.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Bibliográfico.



7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Os principais autores utilizados foram: GONÇALVES, 1987; MARICONDI, 1997; SILVA, 1997; GALHEIGO, 1996 e 2003; ALTOÉ, 1990; OLIVEIRA et al., 2007; PRADA et al., 2007; GUIRADO, 2004; JUSTO; PARREIRA, 2005; Careta e Motta 2008; SARACENO, 1999; SAFRA. 2003, 2004 e 2009.

8) Resultados / dados produzidos – O acolhimento institucional em abrigos configura-se como uma das medidas de proteção estabelecidas pelo ECA (BRASIL, 1990). Recomendações legais recentes (BRASIL, 2009) priorizam o encaminhamento de crianças e adolescentes, cuja integridade física e psicológica esteja em risco, para o acolhimento familiar, ao mesmo tempo que estabelecem o limite máximo de dois anos para a permanência da criança e do adolescente em acolhimento institucional. Entretanto, a carência de programas de suporte às crianças, adolescentes, e suas famílias de origem apontam para um processo ainda longo para a reconfiguração do sistema de proteção integral à criança. Em paralelo, o PNCFC propõe medidas para a promoção da convivência social e comunitária e para o reordenamento institucional dos programas de acolhimento institucional, cientes dos desafios sociais, culturais e políticos a enfrentar. O direcionamento dos esforços futuros, portanto, deve se concentrar no aumento ao suporte familiar, na diminuição do tempo de estada das crianças e adolescentes em acolhimento institucional, na ampliação das ofertas de programas de acolhimento familiar e no incentivo e operacionalização de uma mudança na cultura da adoção. Nesse meio tempo, enquanto se processam mudanças, o acolhimento institucional em abrigo continuará a existir, colocando-se assim a necessidade da continuidade de estudos e ações que fomentem a qualidade do cuidado oferecido às crianças e adolescentes que vivem nessas condições.

9) Recomendações – A Terapia Ocupacional, por meio de estudos e práticas relativas ao cotidiano e ao habitar, tem contribuições a oferecer para o reordenamento institucional dos abrigos. Os conceitos de habitar e cotidiano consideram a processualidade do viver no mundo com os outros e provocam a reflexão sobre a autonomia e a participação; questões que podem disparar encontros éticos que favoreçam o enraizamento de si e a apropriação criativa de mundos. Considerando a vivência de crianças e adolescentes em processo de acolhimento institucional em abrigos, há necessidade de estudos cujo objetivo seja o de discutir as condições e situações que facilitam, dificultam ou limitam a autonomia e a participação no contexto das atividades cotidianas. Partindo de uma dimensão de alteridade, em que se considera a vivência e o olhar do outro, acreditamos que ações mais efetivas e produtoras de verdadeira morada, de verdadeiro habitar possam vir a acontecer nos abrigos para crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

10) Observações e destaques – Este artigo é produto de projeto de pesquisa Composições da ética e do habitar nas vivências de crianças e adolescentes no contexto de uma Casa Abrigo, que à época a estudante desenvolveu com apoio de Bolsa de Iniciação Científica da FAPESP.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.